

Os professores do Colégio Pedro II: categorias, trajetórias e aspectos identitários (1925-1945)

Jefferson da Costa Soares*

Resumo:

O artigo apresenta resultados de um estudo realizado no âmbito de um projeto de doutoramento que pretendeu conhecer e compreender aspectos da construção da identidade profissional dos professores do Colégio Pedro II, entre 1925 e 1945, período marcado pelas Reformas Rocha Vaz, Francisco Campos e Gustavo Capanema. Esses aspectos, identificados a partir de pesquisa documental, foram analisados com base nos conceitos de ‘Identidade para si’ e ‘Identidade para o outro’, formulados por Dubar (1997), articulados ao de ‘Programa Institucional’, de Dubet (2002). Identificamos aspectos marcantes da construção de suas trajetórias e argumentamos que os professores do colégio fecharam-se em si mesmos, na tentativa de incorporar privilégios que não se estenderam às demais instituições de ensino secundário.

Palavras-chave:

Identidade Profissional Docente; Ensino Secundário; Colégio Pedro II.

* Bolsista do CAPES/ PNPd em estágio de Pós-Doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor em ciências humanas – Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

The Teachers of Colégio Pedro II: categories, directions followed and identity aspects (1925-1945)

Jefferson da Costa Soares

Abstract:

This article presents the results from a study based on a doctoral project which intended to know and understand the aspects of construction of professional identity of teachers from the Colégio Pedro II, from 1925 to 1945, a period characterized by the Rocha Vaz, Francisco Campos e Gustavo Capanema Reforms. These aspects, identified from a documentary research, were analyzed based on the concepts of *self-identity* and *identity for the others* by Dubar (1997), and linked to the *Institutional Program*, by Dubet (2002). We confirmed remarkable aspects in the construction of their career and also we concluded that those teachers were self-contained, in the attempt to incorporate privileges which were not extended to other institutions of the secondary education.

Keywords:

Professional Teaching Identity; Secondary Education; Colégio Pedro II.

Los profesores del Colegio Pedro II: categorías, trayectorias y aspectos de identidad (1925-1945)

Jefferson da Costa Soares

Resumen:

El artículo presenta los resultados de un estudio realizado en el ámbito de un proyecto de doctorado que buscó conocer y comprender los aspectos de la construcción de la identidad profesional de los profesores del Colegio Pedro II, entre 1925 y 1945, un período marcado por las Reformas Rocha Vaz, Francisco Campos y Gustavo Capanema. Estos aspectos, identificados a partir de investigación documental, fueron analizados con base en los conceptos de *Identidad para sí* e *Identidad para el otro*, formulados por Dubar (1997), articulados al *Programa Institucional*, de Dubet (2002). Identificamos los aspectos más destacables de la construcción de sus trayectorias y argumentamos que los profesores del colegio se cerraron en sí mismos, en un intento de incorporar privilegios no otorgados a las demás instituciones de educación secundaria.

Palabras clave:

Identidad Profesional Docente; Educación Secundaria; Colegio Pedro II.

Introdução

A identidade profissional dos professores das instituições de ensino secundário tem sido temática pouco explorada no contexto acadêmico, principalmente em períodos recuados como o império e a primeira república, tendo em vista que ainda são poucos os trabalhos desenvolvidos nessa área. As dificuldades na elaboração de tais trabalhos se relacionam com os seguintes fatores: nesse período, muitas instituições de ensino eram recentes ou ainda se encontravam em processo de criação; o curso secundário ainda não estava consolidado como modalidade de ensino¹; e, conseqüentemente, a identidade profissional dos professores secundários estava em processo de construção nessas instituições. Esse fato pode contribuir para que os conhecimentos sobre a construção da trajetória desses professores sejam bastante limitados no Brasil. Verificamos a ausência de discussões que focalizem a perspectiva da história da educação, mais especificamente da história da profissão docente. Nesses campos, os debates relativos às questões da formação, associativismo, fragmentação, desqualificação, desvalorização, proletarização, mal-estar, reestruturação do trabalho docente, dentre outras temáticas, têm ganhado centralidade. É justamente a atualidade dessas questões que nos remete a refletir sobre o passado, sobre experiências passadas resignificadas, sem nunca abandonarmos a ideia de que a história é marcada por rupturas e permanências.

Neste trabalho focalizamos a identidade profissional dos professores do curso secundário do Colégio Pedro II, dialogando com referenciais teóricos da história da educação, história da profissão docente e da sociologia. Cabe ressaltar que o Colégio Pedro II era considerado referência para o país entre 1925 e 1945, período delimitado por três reformas educacionais (Rocha Vaz, de 1925, Francisco Campos, de 1932, e Gustavo Capanema, de 1942) que, segundo Nagle (1974) e Silva (1969), consolidaram o processo de institucionalização do ensino secundário brasileiro.

Algumas questões nortearam este trabalho: a) Como se configurou o quadro docente do Colégio Pedro II no recorte temporal adotado?; b)

¹ No período investigado (1925-1941), o ensino secundário, atual ensino médio, configurava-se como uma ‘modalidade de ensino’ e não como um ‘nível de ensino’, conforme estabelece a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Quem eram os professores, como se inseriram na instituição, em que categorias se enquadravam e como construíram suas trajetórias?; c) De que maneira as mudanças impostas na legislação do ensino secundário impactaram os professores que atuaram no período?; d) Como os professores reagiram a elas?; e) Que modificações acarretaram sobre a organização do quadro docente do Colégio Pedro II?

Nesse sentido, buscamos, como objetivo geral, identificar como foi se constituindo a identidade profissional dos professores secundários do Colégio Pedro II no período supracitado, conferindo importância não só ao que é comum a esses profissionais, bem como às suas singularidades.

Claude Dubar (1997) destaca a importância do outro em sua definição de ‘identidade’. Para o autor, são inseparáveis a ‘identidade para si’ e ‘identidade para o outro’, assim, um professor secundário do Colégio Pedro II só saberia quem é através do olhar de outro. Porém, isso pode provocar incertezas, pois um professor do colégio constrói e reconstrói sua identidade na impressão que tem sobre o que os outros pensam sobre ele. Mas nunca se terá a certeza de que isso é a realidade. Também é possível ao indivíduo recusar a identificação atribuída pelo outro. O tipo de homem que se é, ou seja, a identidade para o outro, é chamada, segundo Dubar, de ‘atos de atribuição’. Ele denomina ‘atos de pertença’ a identidade para si, isto é, o modelo de homem que se quer ser. Entretanto, somente por meio da atividade com outros, as identificações que o indivíduo recebe se justificarão e mostrarão seus motivos; nessas situações ele poderá recusar ou aceitar a maneira como é identificado.

A teoria sociológica, apresentada por Dubar (1997), mostra a heterogeneidade desses dois processos, o biográfico (identidade para si) e o relacional (identidade para outro), que não podem ser entendidos fora do seu contexto de inserção. Os sujeitos devem ser pensados na sua trajetória social. Revela, também, que os processos de negociação identitária são complexos e que se dão dentro de um campo de possibilidades.

Outra contribuição importante para um estudo dos professores secundários numa instituição específica e num período recuado, oferecida por Dubar (1997), está centrada no fato de a identidade possuir também uma ‘dimensão geracional’. Devemos, portanto, atentar para as características das gerações precedentes de professores, pois constituem uma referência. Cada geração reconstrói essa identidade, ou seja, há uma historicidade. Esse é um aspecto que reforça a necessidade não só de identificar os professores, mas de conhecer suas biografias. O externato e o

internato, instâncias nas quais o Colégio Pedro II era dividido no recorte temporal investigado, e as reuniões da congregação podem ser considerados, segundo a perspectiva de Dubar, ‘espaços de reconhecimento identitário’.

Articulamos o conceito de ‘identidade’, formulado por Dubar (1997), com o conceito de ‘Programa Institucional’, elaborado por Dubet (2002). Em seu livro *Le Declin de l’Institution*, sobre as profissões vinculadas à educação, à saúde e ao serviço social, esse autor postula que essas profissões remetem ao ‘trabalho sobre o outro’, ou seja, “[...] atividades assalariadas, profissionais e reconhecidas que visam explicitamente a transformar o outro, ou, conjunto das atividades profissionais que participam da socialização dos indivíduos” (DUBET, 2002, p. 17). Segundo Dubet (2002), a profissão docente é caracterizada, na sua essência, por constituir um trabalho sobre o outro, isto é, um trabalho de mediação entre os valores e princípios universais e os indivíduos particulares, que tem como objetivo a transformação destes e se exerce como um ‘programa institucional’. Esse programa consubstancia-se numa atividade de socialização orientada diretamente por valores e princípios, perseguindo a construção de um ‘tipo ideal’.

Partindo do pressuposto de que o ‘trabalho sobre o outro’, nas suas origens, foi concebido como um ‘programa institucional’, que designa particularmente um modo de socialização ou um tipo de ‘relação com o outro’, o autor estabelece distinções entre a forma como se configuraram o trabalho do professor primário e o do ensino secundário. Dubet (2002) ressalta o fato de que mudanças nesse ‘programa institucional’ condicionam mudanças na percepção que os professores possuem do seu trabalho docente e, conseqüentemente, da sua própria identidade profissional.

Os resultados apresentados neste artigo foram obtidos com base na análise documental das diferentes fontes encontradas no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Nudom), no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e na legislação sobre o sistema educacional do período².

² Coleção de Leis do Império e da República. Disponível no Portal da Câmara dos Deputados: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

As fontes que foram analisadas são as seguintes: (a) livros de atas da congregação do Colégio Pedro II; (b) regulamentos e os decretos relativos às reformas educacionais e às mudanças internas do Colégio Pedro II; (c) relatórios elaborados pelos diretores do Colégio Pedro II e encaminhados aos ministros da Educação e Saúde Pública; (d) livros didáticos, elaborados pelos docentes e adotados pelo Colégio Pedro II; (e) anuários; e (f) outros documentos. Nestes últimos constam acusações aos professores do Colégio Pedro II de serem contra o governo Vargas, informações sobre concursos para as cátedras, resolução de problemas dos professores do Colégio Pedro II e regulamentação da contratação de professores. Com exceção de (f), que estão disponíveis no CPDOC/FGV, todas as outras fontes podem ser encontradas no Nudom do Colégio Pedro II.

Aspectos da identidade profissional dos professores do Colégio Pedro II

Muitos aspectos sobre a identidade profissional dos professores do Colégio Pedro II emergiram da documentação investigada, relativa ao período de 1925 a 1945. Quando destacamos a identidade profissional, no caso a docente, não pretendemos desvincular sua compreensão de outros tipos de identidade, e sim enfatizar determinado aspecto da construção da identidade, que é o profissional. Daí a importância de compreendermos o processo de socialização conforme analisado por Dubar (1997). Assim, a socialização poderá definir-se “[...] antes de mais, pela imersão dos indivíduos naquilo que se chama ‘mundo vivido’, o qual é, simultaneamente, um ‘universo simbólico e cultural’ e um ‘saber sobre este mundo’” (DUBAR, 1997, p. 94).

Torna-se necessário, também, pontuar que o período investigado é caracterizado pela culminância de um processo, ou seja, o ensino secundário se consolidou como uma forma de ensino regular, articulada com as demais, e suas atribuições foram definidas objetivamente. A criação do ‘registro’ e a institucionalização da ‘formação dos professores’ (pois até então não havia uma formação específica) foram elementos que auxiliaram na consolidação do ensino secundário como um ramo de ensino, como parte de um sistema.

Sobre as categorias de professores

Entre 1925 e 1945, os professores do Colégio Pedro II foram enquadrados em muitas categorias. Uma das grandes dificuldades

enfrentadas na pesquisa se deveu a uma prática recorrente por parte dos professores e funcionários responsáveis pela elaboração das fontes ou pelo registro das informações que investigamos, o ‘anacronismo’, ou seja, um erro considerado grave em história e que consiste na utilização indiscriminada de conceitos de uma época para a análise dos fatos de outro tempo. Um exemplo a ser citado é o do Anuário de Número XV do Colégio Pedro II, que apresenta uma listagem dos professores do quadro efetivo desde 1838, primeiro ano de funcionamento do colégio, até 1950, e considera ‘Catedráticos’³ os primeiros professores nomeados, sendo que essa categoria foi criada posteriormente a esse contexto histórico⁴.

Para além do anacronismo, verificamos que algumas categorias de professores foram resignificadas, ou seja, algumas mantiveram a nomenclatura ao longo do período investigado, mas seu sentido ou suas atribuições mudaram. Houve, também, aquelas que permaneceram com as atribuições, porém mudaram algumas vezes de nomenclatura. Para o primeiro caso, podemos citar os ‘Catedráticos’; assim chamados durante todo o período investigado, esses eram os professores mais importantes do colégio, mas suas atribuições, direitos e deveres mudaram de acordo com as reformas da educação. Para o segundo caso, podemos citar os ‘Professores Suplementares’, que eram chamados de várias outras formas (‘Professores Estranhos ao Corpo Docente Efetivo’; ‘Regentes Estranhos’; ‘Pessoas Estranhas’; ‘Elementos Estranhos’; ‘Professores além dos Catedráticos’; ‘Professores além dos Efetivos’), porém sempre foram responsáveis pelo ensino nas turmas também chamadas ‘suplementares’. O colégio chegou a ter 128 professores suplementares em 1926.

³ O professor catedrático era aquele que estudou e se especializou em determinada área do conhecimento, embora também conhecesse bem as demais matérias e pudesse ser examinador de qualquer uma delas. Para ser catedrático, era necessário que o candidato fosse aprovado em concurso e nomeado pelo ministro. A cátedra era vitalícia. O professor catedrático, segundo o regimento interno do Colégio Pedro II de 1927, devia orientar o ensino das matérias que constituíam a sua cadeira; lecionar na sua totalidade as matérias que compunham o programa da mesma; providenciar, por todos os meios a seu alcance, para que o ensino sob sua responsabilidade fosse o mais eficiente possível; tomar parte nas comissões de exames do curso, bem como nos concursos para docentes; tomar parte nas congregações; dentre outras.

⁴ Segundo Massunaga (1989), os ‘Catedráticos’ surgem com a Reforma Maximiliano em 1915 para regência efetiva das cadeiras. Anteriormente, de 1890 a 1910, o corpo docente era formado por ‘Lentes’ e ‘Professores’, sendo o último termo aplicado aos professores de ginástica, desenho e música.

As dificuldades perpassam, ainda, pela inexistência de uma linguagem e formatação padronizadas nos relatórios produzidos pelos diretores do colégio, ou seja, em alguns casos observamos que os diretores do internato e do externato⁵ se referiram de formas diferentes à mesma categoria de professores.

Conforme a Reforma Rocha Vaz (1925), o corpo docente do Colégio Pedro II era formado por professores catedráticos; docentes livres; professores honorários; professores de desenho e de ginástica; e auxiliares de ensino, esta última categoria era composta pelos preparadores e repetidores. Os ‘Repetidores’ passaram a ser chamados de ‘Adjuntos’ em 1928, porém suas atribuições se ampliaram, pois, de meros repassadores das aulas dadas pelos catedráticos, passaram a ser incumbidos de auxiliar estes. A reforma previa, ainda, a categoria dos ‘Professores Privativos’, mas não encontramos menções sobre essa categoria nos documentos investigados. Com o aumento do número de alunos na segunda metade da década de 1920, foi necessária a abertura de turmas suplementares. Os professores catedráticos e docentes livres⁶ tornaram-se insuficientes para lecionar essas turmas e foram contratados, então, os professores suplementares.

A Reforma Campos (1931) manteve os catedráticos como a categoria mais importante; criou a categoria dos ‘Professores Dirigentes’, contratados para orientação e fiscalização das línguas vivas; previa também a contratação de um professor de música; estabeleceu o fim da

⁵ Em 1857, o Colégio Pedro II foi dividido em duas seções: internato e externato. Cada seção possuía um diretor que presidia em anos alternados as reuniões da congregação.

⁶ Com a extinção da categoria ‘Professores Substitutos’ pela Reforma Rocha Vaz de 1925, os ‘Docentes Livres’ se tornam a segunda categoria mais importante hierarquicamente, abaixo dos catedráticos. Competia ao docente livre: apresentar ao diretor o programa de seus cursos livres e equiparados, antes do início dos mesmos; lecionar em sua totalidade as matérias que constituíam o programa de seus cursos equiparados e realizar o respectivo ensino prático; reger cursos anexos ou complementares das cadeiras para as quais tivesse obtido o título de docente-livre, por indicação do professor catedrático; tomar assento na Congregação, quando estivesse substituindo o professor catedrático ou quando fosse eleito para representar a classe dos docentes-livres, não podendo, entretanto, votar na escolha de professor catedrático. Era facultado, ao docente livre, obter a docência para mais de uma cadeira. Inicialmente, seus títulos de nomeação valiam por dez anos e eram renováveis a juízo da congregação. A Reforma Francisco Campos (1932) previa a extinção da docência livre no Colégio Pedro II, entretanto, a categoria permaneceu atuando.

docência livre, embora, na prática, a categoria tenha permanecido durante o período investigado; e manteve os auxiliares de ensino (preparadores e adjuntos). No período entre essa reforma e o contexto de implementação do Estado Novo, encontramos documentos em que são empregados os termos ‘Professores Suplementares’ e ‘Professores Extranumerários’ para a mesma categoria. Em 1937, o colégio já contava com 219 desses professores, dos quais 127, ou seja, mais da metade não possuía o registro instituído pela referida reforma. Catedráticos e docentes livres, que totalizavam 50, eram isentos por lei de se registrarem.

O decreto-lei nº 2.075 de 8 de março de 1940 estabeleceu que as turmas suplementares, não regidas por catedráticos passavam a caber aos ‘Professores Auxiliares’⁷, que deviam ser escolhidos entre os docentes livres. Caso não houvesse docentes livres, estes seriam admitidos por prova de habilitação. Cabe ressaltarmos, portanto, que os anteriormente chamados de ‘professores suplementares’ passaram a ser denominados de ‘Professores Auxiliares’ e eram admitidos como ‘Extranumerários Contratados’. Trata-se de um grupo de professores contratados em condições precárias e que se dividiam em outras subcategorias, com carga horária e padrões de vencimentos diferentes: ‘assistente de ensino’, ‘coadjuvante de ensino’, ‘professor auxiliar’, ‘professor’, ‘dirigentes’. Todos os professores auxiliares e suas subcategorias eram coordenados, fiscalizados e orientados pelos professores catedráticos.

O texto da Reforma Capanema não menciona categorias de professores do Colégio Pedro II. Apenas em relatório do ano de 1944, elaborado pelo então diretor do internato, Clóvis Monteiro, verificamos que pela ordem hierárquica atuavam no colégio: catedráticos, docentes livres, professores honorários e professores de educação física. Além desses, existiam os ‘Extranumerários Contratados e Mensalistas’, ‘Professores Dirigentes’, ‘Professores’, ‘Professores Adjuntos’, ‘Assistentes de Ensino’ e ‘Auxiliares de Ensino’. Sobre essa última categoria, possivelmente o diretor que elaborou o relatório estava se referindo aos ‘Professores Auxiliares’, já que antes citou anteriormente a classe dos ‘Professores Adjuntos’, que eram os antigos repetidores, que, com os preparadores, formavam a categoria dos ‘Auxiliares de Ensino’. Observamos, portanto, a ausência de menção aos ‘Preparadores’ e aos

⁷ Não confundir com ‘Auxiliares de Ensino’, categoria formada pelos Preparadores e Repetidores (até 1928). Depois de 1928 os Auxiliares de Ensino são os Preparadores e Adjuntos.

‘Coadjuvantes de Ensino’, mas não foi possível responder se essas duas categorias estão contempladas de outra forma na relação, se foram resignificadas, suprimidas ou extintas.

Dito isso, observamos que, durante o período investigado (1925-1945) e no que diz respeito aos ‘Professores Suplementares’, vigorou a prerrogativa dos contratos temporários em consequência do aumento do número de alunos matriculados. Embora essa forma de contratação tenha se constituído para alguns professores como uma via de acesso às categorias mais elevadas, verificamos a existência de um quadro que não contribuiu de maneira positiva para a construção de uma identidade sólida. Por mais que os contratos fossem renovados, fosse por nomeação ou por concurso, o fato de os ‘Suplementares’ não pertencerem ao quadro efetivo e de não contarem com garantias trabalhistas pode ter gerado instabilidade, insegurança e não comprometimento, conforme assevera Dubar (1997).

A identidade para o outro

Alguns termos empregados nos relatórios encaminhados aos ministros pelos diretores do Colégio Pedro II, que também eram professores catedráticos, como ‘competentíssimos’, ‘ilustrados’, ‘fé de ofício’, prestação de ‘serviços valiosos’, ‘brilhante desempenho’, ‘assíduo’, ‘cumpridores dos deveres’ sintetizam aspectos fundamentais da identidade para os outros membros do quadro docente efetivo: a seriedade, o comprometimento e a dedicação dos professores dentro ou fora da sala de aula. A qualidade do quadro docente efetivo é destacada não só pelos professores, ex-professores, funcionários da instituição, mas também pela imprensa e por membros da comunidade, dentre os quais, o então membro do gabinete ministerial, Jurandir Lodi, que, em relatório elaborado por ele ou por uma comissão que chefiou em meados dos anos 1930, constatou que se tratava de um “Corpo Docente de primeiríssima água, escol brilhantíssimo, não há cátedra do Colégio Pedro II ocupada por quem não seja, incontestavelmente um mestre, na legítima acepção do termo. Plêiade luminosa, para honra da cultura nacional” (LODI, [1940]). O valor do corpo docente, a seriedade e a dimensão afetiva dos professores em relação aos seus alunos como componentes do trabalho docente também podem ser observados no discurso de Mario Lago⁸, quando o ex-aluno, considerado ‘ilustre’, revela as impressões que guardou dos professores, segundo ele, as melhores.

⁸ Disponível em: <<http://www.mariolago.com.br/livro.php>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

Por outro lado, também encontramos documentos que trazem críticas a alguns professores, cujos nomes não são citados. Essas críticas dizem respeito a faltas, promoção de ‘paredes’⁹ e aspectos de ordem moral e de competência. Entretanto, consideramos que alguns desses aspectos podem ser compreendidos como formas de reação à situação na qual se encontrava o colégio e à insatisfação com o governo por parte dos professores.

Em linhas gerais, a maioria dos catedráticos possuía bacharelado nas áreas de ciências e letras, ciências jurídicas e sociais e ciências físicas e matemáticas, porém, em 1925, cerca de um terço desses professores eram médicos ou engenheiros. Observamos também que, dentre esses professores, alguns já se encontravam em ‘disponibilidade’¹⁰. As fontes consultadas indicam que outras características marcantes desses professores residem nos fatos de terem prestado concurso para se tornarem professores do Colégio Pedro II, de terem sido professores substitutos ou ocupado interinamente algumas cadeiras, de possuírem trabalhos e publicações nos respectivos campos, além de colaborarem em diversos jornais e periódicos da época. Trata-se de um grupo de professores que também atuava em outras instituições, fosse como membros ou professores, como a Academia Brasileira de Letras (ABL); a então Escola Normal do Distrito Federal; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

⁹ Encontramos no CPDOC/FGV, um relatório, provavelmente redigido no início dos anos 1940, não assinado, que apresenta um quadro no qual os alunos frequentavam as aulas quando bem entendiam. Esse ato era chamado de ‘paredes’ e ocorria quando, por qualquer motivo, “[...] os alunos resolviam deixar de comparecer às aulas e assim o faziam sem que a direção do Colégio tomasse a menor providência, nem mesmo a de marcar ausência na pauta dos faltosos”. Havia professores que promoviam essas ‘paredes’, ameaçando até aos alunos com notas baixas, para se livrarem em determinados dias, do serviço de aula. No turno da noite, o autor do relatório denuncia que essas ‘paredes’ atingiam o máximo, ou seja, 100% de ausência.

¹⁰ Segundo a Reforma Rocha Vaz (1925), os professores que atingissem a idade de 65 anos eram postos em disponibilidade com todas as vantagens pecuniárias a que tinham direito na data da disponibilidade. O professor, que contasse mais de 25 anos de exercício no seu cargo, podia ser posto em disponibilidade, com as mesmas vantagens, caso requeresse. O professor, que obtivesse mais de 30 anos de exercício no seu cargo, era posto em disponibilidade, com as mesmas vantagens. Aos professores postos em disponibilidade era facultado, de acordo com as disposições em vigor, o direito de continuar a fazer parte das Congregações, das mesas julgadoras de exames e das comissões de concurso. Seus vencimentos e vantagens permaneciam assegurados.

(IHGB). Os professores catedráticos também examinavam concursos não só para professores do colégio, mas também de outras instituições da instrução pública.

Encontramos professores que transitavam por diferentes disciplinas e entendemos que essa característica fazia parte do *ethos* do professor catedrático, uma vez que lhe era conferido o direito de opinar e até vetar programas de disciplinas diferentes da cátedra que ocupava, daí a necessidade de conhecer outras disciplinas.

Ressaltamos que, dos 27 catedráticos que se inseriram no Colégio Pedro II entre 1925 e 1945, oito eram ‘Professores Substitutos’ antes da Reforma Rocha Vaz, ou seja, professores concursados que, em função da extinção da categoria que ocupavam, das disponibilidades e do desdobramento nas cátedras, tornaram-se catedráticos em 1925, sem que precisassem prestar um novo concurso¹¹; outros oito catedráticos foram professores suplementares ainda na segunda metade da década de 1920, antes de se tornarem catedráticos¹². Desses oito, três permaneciam como professores suplementares nos anos 1930, sendo nomeados catedráticos nos anos 1940¹³; dos 11 catedráticos restantes, dez prestaram concursos para as respectivas cátedras¹⁴, sendo que cinco foram nomeados docentes livres antes de se tornarem catedráticos¹⁵. Os primeiros docentes livres foram nomeados por meio de concurso para algumas cátedras. Tratava-se de candidatos que alcançaram a média necessária para obter a docência livre, apesar de fracassarem nos concursos para cátedras. Porém ressaltamos que houve também concursos específicos para a docência livre.

A grande maioria dos professores que chegaram às cátedras entre 1925 e 1945 não eram novos no colégio, ou seja, vieram de categorias mais baixas hierarquicamente.

¹¹ Mendes de Aguiar, Pedro do Coutto, José Oiticica, Waldemiro Potsch, Othello Reis, Henrique Dodsworth Filho, Carlos Delgado de Carvalho, Adrien Delpéch.

¹² Alcino José Chavantes Junior, Enoch da Rocha Lima, George Sumner, Roberto Bandeira Accioli, Nelson Romero, Gildásio Amado, Jurandyr dos Reis Paes Leme e Luiz Pinheiro Guimarães.

¹³ Gildásio Amado, Roberto Bandeira Accioli e Luiz Pinheiro Guimarães.

¹⁴ José de Sá Roriz, Jonathas Serrano, João B. Mello e Souza, Hahnemann Guimarães, Haroldo Lisboa da Cunha, Nelson Romero, Clovis Monteiro, João Saboia Barbosa, Oscar Przewodowski e Vandick da Nóbrega.

¹⁵ Jurandyr dos Reis Paes Leme, Enoch da Rocha Lima, Alcino José Chavantes Junior, Oscar Przewodowski e Clovis Monteiro.

Apenas um catedrático, chefe de disciplina em 1924, foi nomeado pelo governo para ser diretor do internato entre 1925 e 1926, mesmo ano em que passa a ocupar a cátedra sem que para isso precisasse prestar concurso¹⁶.

Verificamos, ainda, que, desses 27 professores que assumiram cátedras entre 1925 e 1945, três passaram de professores suplementares a docentes livres e, finalmente, catedráticos¹⁷. Isso ocorreu com os catedráticos de desenho que fizeram concurso para serem professores do colégio antes mesmo de a disciplina se tornar cátedra em 1928. Outros dois passaram de suplementares a catedráticos interinos no internato e no externato, respectivamente, por meio de nomeação do governo e, depois, catedráticos por meio de concurso e nomeação¹⁸.

Houve ainda um caso no qual um dos professores passou de docente livre a catedrático e, no ano seguinte à sua posse, foi nomeado diretor do internato¹⁹ e um caso no qual um professor chegou à cátedra sem antes ter sido professor de qualquer outra categoria no Colégio Pedro II. Este último tornou-se diretor do internato três anos depois de sua nomeação para catedrático²⁰.

A qualidade do corpo docente efetivo, tão exaltado nos documentos investigados, parece não se estender da mesma forma aos professores suplementares. Quando analisamos os dados referentes a essa categoria, com base em tabelas formuladas por Jurandir Lodi [1940], verificamos que o espaço destinado às ‘observações’ estava em branco para 87 dos 219 professores que compunham o quadro docente suplementar do colégio em 1937, o que pode ser um indício de que o próprio consultor do governo encontrou dificuldades para levantar informações sobre o perfil desses professores. Se por um lado encontramos para 56 nomes a observação ‘bom elemento’, por outro lado, existem observações que revelam inexperiência, principalmente quando, ainda estudantes, ocuparam os cargos; alto número de faltas; e queixas de alunos em relação a alguns professores. Não podemos perder de vista o quão contingente é esse conceito de ‘bom elemento’, já que depende daquilo que se considerava

¹⁶ Quintino do Vale.

¹⁷ Alcino José Chavantes Junior, Jurandyr dos Reis Paes Leme e Enoch da Rocha Lima.

¹⁸ Gildásio Amado e Luiz Pinheiro Guimarães.

¹⁹ Clóvis do Rego Monteiro.

²⁰ Vandick Londres da Nóbrega.

aceitável e desejável com relação aos professores. As outras observações se limitam a informar se o elemento era novo ou antigo no magistério, se acumulava alguma outra atividade profissional ou se já ocupava algum cargo no próprio colégio.

Em termos gerais, o corpo docente do Colégio Pedro II era constituído, no período estudado, por um número maior de elementos do sexo masculino, face aos elementos do sexo feminino. Não constatamos a presença de professoras nas reuniões da congregação ou ocupando a direção de alguma das seções do colégio nesse período. As professoras ocuparam os cargos de professoras suplementares, principalmente nas disciplinas de línguas vivas.

Esses aspectos são relevantes, pois, conforme Huberman (1992, p. 38), o desenvolvimento de uma carreira é “[...] um processo e não uma série de acontecimentos. Para alguns, este processo pode parecer linear, mas, para outros, há patamares, regressões, becos sem saída, momentos de arranque, descontinuidades”. Em outras palavras, as sequências de desenvolvimento não são vividas na mesma ordem e nem todos os professores percorrem todos os elementos da profissão.

Enquanto nos primeiros anos de funcionamento do Colégio Pedro II a rotatividade no quadro docente ocorreu pela saída de professores para desenvolverem outras atividades como carreira política e diplomacia (MENDONÇA; SOARES; LOPES, 2012), no recorte temporal investigado o magistério já se configurava como atividade principal dos professores, de modo que a rotatividade se dava em razão do falecimento de professores, transferências, concursos, pedidos de entrada em disponibilidade, jubilação e brechas na legislação ou desdobramento das cadeiras que possibilitassem ascensão ou efetivação de professores. Tanto o Estado, por meio da legislação, como o colégio, por meio do regimento interno, criaram mecanismos que possibilitaram essa rotatividade. Contudo, esse processo se apresenta de maneira mais aguda entre 1925 e 1928 e entre 1935 e 1945, ou seja, embora algumas cadeiras estivessem ocupadas interinamente, não ocorreram transferências nas cátedras ou cerimônias de posse entre 1929 e 1934. Cabe ressaltar que essas cerimônias solenes da congregação marcavam a posse dos professores catedráticos e faziam parte do processo de socialização desses professores recém-aprovados em concursos e nomeados pelo ministro.

A identidade biográfica para si

Analisamos neste item o que Dubar (1997) chama de ‘atos de pertencimento’ do quadro docente. Trata-se de como os professores se viam e como queriam ser percebidos.

Sobre esse aspecto, torna-se necessário pontuarmos que as formas de controle estabelecidas no e por meio do Colégio Pedro II como instituição de referência, padrão para outras instituições, ocorreram pela via dos programas e dos manuais das disciplinas escolares, elaborados pelos professores. Por outro lado, embora também tivesse perdido atribuições, seu corpo docente buscou incorporar, no período investigado, uma série de privilégios que não se estenderam às demais instituições de ensino secundário. O corpo docente do Colégio Pedro II se fechou em si mesmo, ou seja, se por um lado exerceu controle, por outro, a subcategoria dos professores secundários se organizou fora do colégio, com base em outros padrões e paradigmas. Não é gratuito que, diferentemente do que aconteceu com os professores primários, a primeira organização sindical dos professores secundários tivesse nascido dos professores da esfera privada, o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário do Rio de Janeiro, criado em 1931. Dito de outra forma, pensando o colégio na sua relação com o contexto externo, há uma dualidade, pois o Colégio Pedro II, ao mesmo tempo em que ficava acima do sistema em que estava se instituindo, também estava fora, pois o ensino secundário se organizou por fora do colégio.

Massunaga (1989) nos fornece dados estatísticos relativos ao número de matrículas e de unidades escolares que ajudam na reflexão sobre o Colégio Pedro II em relação ao sistema. A autora mostra que, entre 1931 e 1945, o número de unidades escolares que ofereciam o ensino secundário no Brasil passou de 399 para 1.282 e o número de matrículas, de 48.409 para 256.427. Dentro desse quadro, figurava o Colégio Pedro II como único estabelecimento pertencente ao governo federal, uma minoria de escolas situadas no âmbito dos governos estaduais e mais de 70% das instituições de ensino secundário encontravam-se na esfera privada, o que mostra que essa modalidade de ensino estava se organizando por fora do Colégio Pedro II. Outro dado que cabe ser ressaltado e que vai ao encontro desse ponto central que defendemos é o fato de a Constituição de 1937 ter estabelecido que a intervenção do Estado fosse suplementar à ação da iniciativa privada, ou seja, no caso de falta de recursos necessários à educação dos jovens em instituições particulares, o Estado intervia por

meio da fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus. A intervenção do Estado só ocorria quando a iniciativa privada não desse conta da educação dos jovens.

É possível vislumbrarmos a proposta de municipalização do Colégio Pedro II, ocorrida em 1934, como uma tentativa de inserir o colégio nesse sistema que estava se construindo por fora do próprio Colégio. Cabe ressaltar que paralelamente à tentativa de municipalização encontramos uma conjuntura histórica e política na qual ocorreu, em 16 de julho de 1934, a promulgação da Constituição; em que Pedro Ernesto foi eleito indiretamente, assumindo como prefeito do Distrito Federal; e em que Anísio Teixeira transformou o Departamento Geral de Educação em Secretaria de Estado. Num contexto em que o Colégio Pedro II se encontrava à parte, Anísio criticava a existência de um sistema federal e outro municipal, sem articulação. Mendonça (2002, 2003) nos fornece maior detalhamento sobre essa crítica quando analisa duas experiências diferenciadas de formação de professores para a escola secundária, desenvolvidas no Rio de Janeiro, durante os anos 1930: a Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada, em 1935, por iniciativa de Anísio Teixeira, na época secretário de Educação da Prefeitura do Distrito Federal; e a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, criada, em 1939, por Gustavo Capanema. A autora demonstra que, mais do que o confronto entre essas duas experiências e que resultou no encerramento da primeira, estavam em disputa concepções radicalmente diferentes do papel e da destinação do ensino secundário, que condicionavam as distintas propostas de formação de professores e se vinculavam a projetos divergentes de reconstrução nacional, via educação.

Entretanto, apesar das disputas entre as concepções de ensino secundário, parece que, do ponto de vista do corpo docente, o colégio se articulava mais com as instituições de ensino superior do que com as demais instituições do ensino secundário, uma vez que seu quadro docente reivindicou a equiparação aos professores universitários. Cabe ressaltar como exemplos que reforçam essa proximidade do Colégio Pedro II com o ensino superior, o fato de a Reforma Rocha Vaz, de 1925, criar o Conselho do Ensino Secundário e do Superior; a previsão, na supracitada reforma, de que a Constituição, os direitos e os deveres do corpo docente do ensino secundário e do superior fossem iguais; o funcionamento de cadeiras de ensino superior nas dependências do colégio, como a de geografia, da Universidade do Distrito Federal (UDF); o fato de os professores

catedráticos do Colégio Pedro II solicitarem tratamento igual aos catedráticos das escolas superiores nos anos 1940; e a incorporação do Colégio Universitário da Universidade do Brasil ao Colégio Pedro II em 1942.

Os professores catedráticos do colégio, para além de suas características específicas e de desejarem exercer o controle e se tornarem referência, desejavam uma equiparação aos professores do ensino superior e esse é um dos aspectos que reflete como aqueles professores desejavam ser vistos e reconhecidos, num contexto histórico em que estavam perdendo poder. Ressaltamos aqui, com base nos referenciais teóricos adotados, que o conceito de ‘identidade profissional’ que defendemos consiste num processo evolutivo de interpretação e reinterpretação de experiências. Nessa perspectiva, assumimos que o desenvolvimento profissional dos professores não para, constituindo-se como uma aprendizagem ao longo da vida. Nesse sentido, a formação da identidade profissional não se constrói respondendo apenas à questão sobre ‘quem eram os professores’ naquele período histórico, mas também em resposta à pergunta: ‘quem os professores do Colégio Pedro II queriam ser?’. A identidade profissional dos professores do Colégio Pedro II depende tanto do indivíduo como do contexto no qual está inserido. A identidade profissional não é única. Para a construção de sua identidade, um indivíduo, além de suas orientações pessoais e autodefinições, apropria-se dos juízos dos outros (DUBAR, 1997).

Para Nóvoa (1995), existem três aspectos que sustentam o processo identitário dos professores: adesão, ação e autoconsciência. A ‘Adesão’ justifica-se porque ser professor implica sempre na adesão a princípios e valores, na adoção de projetos, num investimento positivo nas potencialidades dos jovens, ou seja, no investimento naquilo que Dubet (2002) define como ‘trabalho sobre o outro’. Por sua vez, o sistema de princípios e valores, mencionado por Nóvoa (1995), também se faz presente no ‘Programa Institucional’ (DUBET, 2002). O prescrito, o que é determinado pelo Estado e pelo regimento interno do Colégio Pedro II, influenciou na adoção de características profissionais dos professores. Entretanto, os professores do colégio se distinguiram em função da importância que conferiram e da maneira subjetiva como se apropriaram dessas determinações e a elas respondiam. Um exemplo dessa apropriação particular pode ser observado na carta de Nelson Romero, encaminhada a Gustavo Capanema, sobre a questão referente à insatisfação do quadro

docente com os vencimentos, em que o catedrático apresentou a sua concepção geral sobre os professores, na qual não compreendia o ‘professor não-educador’ no magistério e afirmava que sempre procurou fazer com que seus alunos melhorassem, esforçando-se por indicar-lhes ‘o caminho da retidão e da dignidade’ (ROMERO, [1941]). Se Romero entendia que todo professor era educador na prática do magistério, esse é um aspecto da ‘identidade para o outro’, de como os outros professores eram vistos por Romero, porém não formulado com base no que estava prescrito, na legislação. O esforço para fazer com que seus alunos melhorassem e encontrassem o caminho da ‘retidão’ e da ‘dignidade’, para além de aspectos de sua identidade profissional, a identidade para si, também reflete a maneira como Romero se apropriou das determinações, pois, embora a legislação não os mencione explicitamente, tais valores se fazem presentes no programa institucional do colégio.

A ‘Ação’ refere-se à escolha das melhores maneiras de agir. Trata-se de decisões do foro profissional e do foro pessoal, pois o sucesso ou o insucesso de certas experiências ‘marcam’ a postura pedagógica, fazendo com que o professor sinta-se bem ou mal com essa ou aquela maneira de trabalhar na sala de aula. O uso dos ‘testes’ por alguns professores na segunda metade dos anos 1920 pode ser considerado um exemplo de ‘Ação’, que, conforme Euclides Roxo, então diretor do externato, foi bem sucedida e utilizada com frequência.

Nóvoa (1995) menciona ainda a ‘Autoconsciência’ porque as decisões são tomadas com base no processo de reflexão que o professor leva a cabo sobre a sua própria ação, de modo que a mudança e a inovação pedagógica estão intimamente dependentes desse pensamento reflexivo.

Aspectos ideológicos

Segundo Barros (2009), no discurso proferido pela celebração do centenário do Colégio Pedro II, Vargas ponderou que, naquele contexto de agitações e de instauração do Estado Novo, havia muito do que chamou de ‘crise moral’. Essa passagem fazia referência às posições extremadas, à esquerda e à direita, que circulavam também no Colégio Pedro II. Tratava-se, conforme o autor, de uma advertência feita aos professores, por seus antagonismos internos, impregnados de ideologias extremadas, também presentes nos alunos do colégio. Ressaltamos aqui, conforme documentos analisados, que era grande o número de professores insatisfeitos com o governo no colégio. Concordamos com Barros (2009), quando o autor

aponta a variedade de pessoas e ideias que conviviam no colégio, embora entendamos que essa não é uma característica observada apenas durante o Estado Novo, mas em todo o recorte temporal investigado.

O autor afirma que, do ponto de vista ideológico, havia, no colégio, desde os velhos tempos, professores ultracatólicos, dos quais muitos teriam sido admitidos justamente em virtude de seus laços com a Igreja. Alguns eram monarquistas. Muitos faziam parte dos clãs familiares de professores e funcionários do colégio. Ainda sobre esse aspecto, observamos que o colégio, sempre que possível, estabeleceu, como critério para ocupação de cargos, que o candidato tivesse sido professor anteriormente na instituição ou tivesse se tornado bacharel em ciências e letras também por ela, o que revela um componente endógeno de proteção e privilégio, destinado aos que passaram pelo colégio.

Alguns professores viam o irrompimento do fascismo com bons olhos, sendo alguns deles integralistas ou simpatizantes; havia os que não passavam de nacionalistas extremados, por influência das circunstâncias históricas daquele momento conturbado. Outros professores não passavam de confusos simpatizantes do nazismo, enquanto uns poucos não ocultavam sua preferência política pelo fascismo italiano.

Teria predominado amplamente, entre os professores do colégio, o conservadorismo em política e nas ideias em geral, antes e durante o Estado Novo (BARROS, 2009). Barros (2009) considera, ainda, que os professores do colégio que se opunham aos reacionários renitentes eram, na verdade, muito mais propriamente liberais que esquerdistas. Estes seriam os vivamente partidários dos objetivos da Escola Nova, portanto, defensores da laicidade, da nacionalização do ensino, da ampliação da educação básica urbana e rural, da estruturação do ensino secundário, da criação de universidades e da instituição da pesquisa científica.

O declínio do programa institucional do Colégio Pedro II

As tensões referentes à produção discursiva que tentou edificar o ‘programa institucional’ socializador do Colégio Pedro II foram percebidas tanto nos discursos dos diretores presentes nos relatórios, como nas atas das reuniões da congregação que foram examinadas. Como aponta Dias (2008), a estratégia de produzir as atas, cumprindo o regimento interno do colégio, pode ter sido uma maneira de ocultar a existência, nas reuniões, de procedimentos estranhos às regras. Entretanto, ainda que nem tudo tenha sido registrado nas atas, encontramos indícios e pistas que

indicam resistências e mostram que o programa institucional não estava isento de conflitos, contradições e tensões. Essas tensões envolvendo o que estava prescrito, entre o programa institucional que se deseja instituir e o deixado como memória, foram atravessadas por todos esses conflitos e relações de poder que aparecem nas reuniões da congregação, principalmente quando da falta de apoio dos diretores sobre determinadas questões, naqueles que se retiravam e que preferiram não participar das votações, nas moções, nos diversos tipos de votos, dentre outras manifestações.

O programa institucional começou a ser contestado e a entrar em crise na medida em que alguns dos poderes que os professores do colégio detinham na segunda metade dos anos 1920, como os de elaborar os programas e de definir as bancas de concurso, foram retirados ao longo da década de 1930, em função das determinações do Estado, porém a insatisfação dos professores com as condições de trabalho, vencimentos, aumento de carga horária e o próprio governo potencializou esse processo. Com a Reforma Capanema, chegou-se a um quadro no qual o poder do colégio diminuiu ainda mais, provocando muita resistência interna, pois a instituição deixou de ser padrão, com isso desapareceu o dispositivo da equiparação e os programas do colégio deixaram de ser referência, passando a serem elaborados pelo Ministério da Educação e Saúde.

Outro indício da crise no programa institucional reside no fato de o quadro docente, ou seja, os professores do Colégio Pedro II, organizados coletivamente, não ser convocado a colaborar com as reformas e definir os programas ou questões gerais, mas sim esse ou aquele professor, individualmente.

Embora entendamos que houve uma crise no programa institucional do Colégio Pedro II, que se inicia, principalmente, com a retirada de prerrogativas dos professores pela Reforma Campos, o que gerou muitas discussões internamente, há sobre esse aspecto uma necessidade de continuidade e aprofundamento da pesquisa, pois alguns trabalhos como os de Massunaga (1989) e de Ferreira (2005) defendem, respectivamente, que nos anos 1950 o Colégio Pedro II viveu novamente uma fase positiva e que teria permanecido como padrão até os anos 1960. Cabe questionar se a condição de ‘padrão’ ocorre de fato, o sentido do termo ‘padrão’ nesse período, se é resultante da tradição ou se podemos considerar que o período posterior ao que investigamos caracteriza-se pela luta e retomada

do padrão e do prestígio que existiam antes da crise do programa institucional.

Trata-se aqui de um processo amplo que, segundo Dubet (2011), perturba fortemente a identidade dos atores, no caso, os professores, para além dos problemas específicos com os quais eles se deparavam. O colégio, encarregado de formar a elite intelectual e de ser referência para as outras instituições do país, perdeu espaço gradativamente. Dubet afirma que com o declínio do programa institucional, causado não apenas por ameaças externas, mas também por causas endógenas, o ‘trabalho sobre o outro’ também sofreu mudanças profundas, o que gerou um sentimento de crise que poderia invadir os atores envolvidos, pois estes assistiam o esfacelamento daquilo que lhes conferia legitimidade e autoridade, sentindo-se despossuídos da maior parte das consolações que davam ao ‘trabalho sobre o outro’ uma coerência pouco comum.

Se por um lado a congregação do colégio era um lugar de conflitos e de disputas que interferiram, em momentos diferentes, na manutenção e na crise do programa institucional, percebemos que se trata também de um espaço de convivência, de partilha de saberes e, principalmente, de resistência. Nela, percebemos a existência de um tipo de solidariedade ou de corporativismo que se expressavam nos votos de ‘apoio moral’, dado pelos colegas ao professor que passava por algum problema particular e, daí, comissões eram nomeadas para visitá-lo; nos ‘votos de louvor’, quando um membro publicava uma obra, atingia uma meta, prestava trabalhos relevantes ou era nomeado para algum cargo dentro ou fora do colégio; e mesmo nos ‘votos de pesar’, quando das perdas de professores e familiares; dentre outros tipos de votos. Essa solidariedade, demonstrada entre os membros da congregação e, vez ou outra, para com os professores que, embora não fossem catedráticos, eram antigos no exercício do magistério no colégio, parece que estava à margem dos professores suplementares, provavelmente pelas dificuldades na construção de uma identidade sólida por parte desses professores ou pela ausência de um espaço que proporcionasse uma relação de maior convivência e proximidade entre os professores suplementares, os professores das categorias mais elevadas hierarquicamente e o colégio.

Moreira e Macedo (2002) afirmam que a origem das questões relacionadas à identidade não é recente e que está associada aos períodos de crise, conforme acentua Dubar (1997), na incerteza quanto ao futuro, no desconforto diante das transformações em que os padrões passados não

convêm e os próximos não estão ainda estabelecidos. O debate realizado em 1943, nas reuniões da congregação, sobre as ‘instruções’ para os concursos às cátedras, no qual o catedrático Enoch da Rocha Lima defendeu que tais instruções eram ultrapassadas e que, portanto, não atendiam às ‘modernas finalidades educacionais’, pode ser considerado outro fator contribuinte para a crise no programa institucional do colégio. Lembramos aqui que, na maioria dos embates travados nas reuniões da congregação, as questões mais polêmicas giravam em torno da elaboração dos programas e dos concursos. As instruções ‘ultrapassadas’ para os concursos podem ser consideradas um exemplo que denuncia a ‘modernidade tardia’, apontada por Dubet (2002) como fator endógeno que introduz o ‘declínio do programa institucional’.

No ambiente de confronto, observado nas reuniões da congregação realizadas nos anos 1930 e 1940, cada uma das medidas tomadas ou propostas de reforma parece demonstrar o aumento, a frequência, a intensidade e a extensão das disputas entre os diferentes protagonistas no interior do colégio, em virtude do declínio do seu programa institucional (DUBET, 2002).

Sobre as condições de trabalho

Com relação às condições de trabalho, os documentos investigados revelam que os professores que lecionavam na instituição considerada padrão naquela época não enfrentavam problemas muito diferentes dos que defrontam a grande maioria dos professores na atualidade, guardadas suas especificidades históricas.

Observamos que, em 1927, o internato passou por obras que acabaram em junho, por isso as aulas foram iniciadas apenas no mês seguinte e os professores tiveram que trabalhar muito para fazer, num tempo escasso, aquilo que devia ser feito no ano inteiro. Já no externato, verificamos que o colégio ofertava aos professores um espaço próprio, uma sala dos professores, gabinete de leitura e palestra para os catedráticos (gabinete da congregação), e que foram realizadas melhorias na sala da congregação e em alguns gabinetes.

Nos anos 1930, encontramos indícios de que, para além da insatisfação com os vencimentos, com a carga horária e com o regime precário em que os professores Suplementares eram contratados, os professores não contavam com material suficiente nos laboratórios e encontravam-se sobrecarregados em algumas ocasiões. Cabe ressaltar que

Jurandir Lodi atestou em 1937 que o Colégio Pedro II não satisfazia nem às exigências da lei, nem às necessidades e aos imperativos da didática. Lodi relatou problemas como a inadequação da localização do colégio, o barulho, a falta de iluminação adequada nas salas e um quadro de péssimas condições das instalações internas, fatores que certamente implicavam na qualidade do trabalho docente.

Considerações finais

Este artigo se ampara em três elementos considerados centrais: o Colégio Pedro II, uma instituição específica, que possuía contradições, tensões e disputas de poder no período investigado; o Estado, regulador; e os professores de várias categorias, que ocuparam posições diversas em momentos distintos. Alguns deles participaram de todos os momentos marcantes dentro do recorte temporal adotado (1925-1945). Entendemos a educação como um campo político, um campo de poder, e esse poder sofreu variações no recorte temporal investigado. Entendemos que falar de professores significa tratar de distinção, de poder e que a ideia da construção da identidade se realiza na segmentação.

Esperamos ter conseguido, a partir das reflexões anteriores, esclarecer alguns aspectos do que significava ser professor em determinada época (1925-1945) e numa instituição específica, o Colégio Pedro II. Os principais autores com os quais dialogamos aqui, Dubar e Dubet, não são os únicos referenciais teóricos para uma abordagem sobre as relações do trabalhador, no caso, o professor, com seu trabalho, mas talvez sejam os que mais enfatizam o vínculo que se estabelece entre a subjetividade, a experiência social e a identidade social na construção do trabalhador como sujeito social.

Buscamos no desenvolvimento deste artigo situar a profissão docente numa aproximação entre o processo de construção da identidade dos professores do Colégio Pedro II com o conjunto das reformas do ensino secundário brasileiro entre 1925 e 1945, apoiando-se na compreensão da identidade docente, desenvolvida por Dubar (1997, p. 264), que a situa como complexa no que se refere à sua composição e à sua dinâmica, “[...] não sendo nem as expressões psicológicas de personalidades individuais, nem os produtos de estruturas ou de políticas econômicas impostas lá do alto. Elas são construções sociais que implicam a interação entre as trajetórias individuais e os sistemas de emprego, de trabalho e de formação.

Por meio das fontes consultadas, foi possível identificar as diversas categorias em que os professores se enquadravam; as atribuições dos professores; a atuação coletiva; as principais disputas políticas internas; dentre outros aspectos marcantes na construção de suas trajetórias. Foi possível, ainda, verificar como o Colégio Pedro II se adequou às reformas impostas pelo Estado e como os professores reagiram a algumas delas.

Observamos que o quadro docente desse colégio fechou-se em si mesmo na luta pela manutenção e incorporação de privilégios e que, por consequência direta disso, o colégio, ao mesmo tempo em que ficou acima do sistema, uma vez que era referência para as outras instituições, também estava fora, pois o ensino secundário se organizou também por fora do colégio. Mostramos, ainda, que, guardadas as especificidades históricas, os professores do colégio já lidavam com um conjunto de problemas no exercício da profissão que são atuais, como condições inadequadas de trabalho, a insatisfação com os vencimentos, dentre outros.

Finalmente, ressaltamos a dificuldade em investigar a problemática multifacetada da identidade docente, principalmente em períodos recuados, e que ainda será necessário continuar o movimento de reflexão iniciado no presente trabalho.

Referências

BARROS, O. O Colégio Pedro II no Estado Novo. In: CHAVES, M. W.; LOPES, S. C. (Org.). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2009. p. 189-216.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.075, de 8 de março de 1940. *Coleção de Leis do Império e da República*, Rio de Janeiro, 1940, v. 1, p. 278.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27834-27841, 23 dez. 1996. Seção 1.

COLEÇÃO de Leis do Império e da República. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

COLÉGIO PEDRO II. *Anuário do Colégio Pedro II*: 1926-1927. Rio de Janeiro, 1928. v. VII.

COLÉGIO PEDRO II. *Anuário do Colégio Pedro II*: 1928-1934. Rio de Janeiro, 1937. v. VIII.

COLÉGIO PEDRO II. *Anuário do Colégio Pedro II*: 1935-1936. Rio de Janeiro, 1939. v. IX.

COLÉGIO PEDRO II. *Anuário do Colégio Pedro II*: 1937-1938. Rio de Janeiro, 1944. v. X.

COLÉGIO PEDRO II. *Anuário do Colégio Pedro II*: 1939-1941. Rio de Janeiro, 1943. v. X.

COLÉGIO PEDRO II. *Anuário do Colégio Pedro II*: 1949-1950. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1954. v. XV.

COLÉGIO PEDRO II. *Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II*: 1925-1934. Rio de Janeiro, 1925-1934.

COLÉGIO PEDRO II. *Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II*: 1934-1946. Rio de Janeiro, 1934-1946.

COLÉGIO PEDRO II. *Regimento Interno*. Rio de Janeiro, 1927.

COUTTO, P. Relatório concernente aos anos letivos de 1926 e 1927. Apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino por Pedro do Coutto, Diretor do Internato. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II – Internato, 1928.

DIAS, A. *Apostolado Cívico e Trabalhadores do Ensino*: História do Magistério do ensino Secundário no Brasil (1931-1946). 2008. 242 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

DUBAR, C. *A Socialização*: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Ed., 1997.

DUBET, F. *Le Declin de l'Institution*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

DUBET, F. *Mutações cruzadas*: a cidadania e a escola. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 289-305, maio/ago. 2011.

FERREIRA, M. S. *A História da Disciplina Escolar Ciências no Colégio Pedro II (1960-1980)*. 2005. 212 f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

GUIMARÃES ROXO, E. M. Relatório concernente aos anos letivos de 1925 e 1926. Apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral do departamento Nacional do Ensino pelo Professor Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1928.

GUIMARÃES ROXO, E. M. Relatório concernente aos anos letivos de 1927 a 1929. Apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral do departamento Nacional do Ensino pelo Professor Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1930.

HUBERMAN, M. O Ciclo de Vida Profissional dos Professores. In: NÓVOA, A. (Org.). *Vidas de Professores*. Porto, Portugal: Porto Ed., 1992. p. 31-62.

LODI, J. [O Colégio Pedro II]. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, [1940]. (GC g 1935.10.18/1, r. 36).

MASSUNAGA, M. R. P. *O Colégio Pedro II e o Ensino Secundário Brasileiro: 1930-1961*. 1989. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

MENDONÇA, A. W. P. C. *Anísio Teixeira e a Universidade de Educação*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. 185 p.

MENDONÇA, A. W. P. C. Formar professores para a escola secundária: que escola?. *História da Educação (UFPEL)*, Pelotas, v. 7, n. 14, p. 157-171, 2003.

MENDONÇA, A. W. P. C.; SOARES, J. C.; LOPES, I. G. A Criação do Colégio de Pedro II e seu Impacto na Constituição do Magistério Público Secundário no Brasil. In: MOGARRO, M. J.; CUNHA, M. T. S. (Org.). *Rituais, Espaços & Patrimônios Escolares*. IX Congresso Luso Brasileiro de História da Educação (Atas). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. v. 1, p. 459-471.

MONTEIRO, C. R. Relatório do Diretor do Colégio Pedro II – Internato ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde. Relativo aos anos de 1938 a 1943. Rio de Janeiro: [s.n.], 1944.

MOREIRA, A. F. B.; MACEDO, E. Currículo, Identidade e diferença. In: MOREIRA, A. F. B.; MACEDO, E. F. (Org.). *Currículo, práticas pedagógicas e identidades*. Porto: Porto Ed., 2002. p. 11-33.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1974.

NÓVOA, A. Os Professores e Suas Histórias de Vida. In: NÓVOA, A. (Org.). *Vida de professores*. Porto: Porto Ed., 1995. p. 11-25.

ROMERO, N. [Carta] 08 jan. 1941, [para] Gustavo Capanema. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. (GC b rolo 5-A fot. 1129-1130).

SILVA, G. B. *A Educação Secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Nacional, 1969.

Endereço para Correspondência:

Jefferson da Costa Soares

Endereço: Rua Aristides Lobo, n.180/Apt.202
Rio Comprido – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20250-450
E-mail: jefics@yahoo.com.br

Submetido em: 21/08/2014

Aprovado em: 12/05/2015

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.
--